

# **A Fronteira nas narrativas das nações brasileira e venezuelana: um estudo comparativo.**

France Rodrigues.

Cita:

France Rodrigues (2007). *A Fronteira nas narrativas das nações brasileira e venezuelana: um estudo comparativo*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/943>

## ***A FRONTEIRA NAS NARRATIVAS DAS NAÇÕES BRASILEIRA E VENEZUELANA: UM ESTUDO COMPARATIVO***

***Por Francilene Rodrigues<sup>1</sup>***

Pretendo neste capítulo realizar uma comparação das narrativas da trajetória das nações venezuelana e brasileira com ênfase nos significados atribuídos à noção de *fronteira*. Existem numerosos estudos sobre o pensamento social de cada um dos países latino-americanos, mas a abordagem comparativa desses pensamentos sociais está largamente ausente, embora a comparação seja um procedimento de pesquisa bastante utilizado no continente.

Referindo-se à América Latina, Genovese (1970) nota que os estudos comparativos contribuem para enriquecer o conhecimento das nações comparadas como também para inserir a região no contexto histórico mundial. O número de trabalhos sobre a América Latina que têm se utilizado da perspectiva comparativa é significativo. No entanto, grande parte dos estudos comparados realizados até agora tem centrado a atenção nas instituições e nos processos socioeconômicos. French e Mömer (1982), notam que fora dos temas da escravidão e das relações raciais poucos estudos têm sido realizados sobre fronteiras, imigração, urbanização, história política e evolução dos estados nacionais e muitos outros temas que merecem análises comparadas.

O primeiro fato que os diversos autores destacam quando se referem ao método comparativo é que, implícita ou explicitamente essa forma de raciocínio é inerente não apenas ao processo de conhecimento sistemático como também ao pensamento. Max Weber, como vários outros clássicos das ciências sociais, entenderam que somente mediante a comparação se conseguia distinguir o universal do específico. Indo mais longe ainda, Durkheim (ano, pagina ) entendia que a *sociologia comparativa não é um ramo da sociologia, mas a própria sociologia*, de modo que recomendava o procedimento comparativo não apenas para o estudo das sociedades que têm a mesma estrutura mas também para aquelas que são basicamente diferentes.

A importância da abordagem comparativa deveu-se, em parte, ao entendimento de que esse procedimento possibilitaria ao sujeito cognoscente submeter seu objeto a uma observação controlada e, desse modo, permitiria identificar relações entre os fenômenos por meio de sua presença ou ausência. Mas sua importância deveu-se principalmente ao

---

<sup>1</sup> France Rodrigues é doutora em Ciências Sociais e estudos comparados sobre as Américas, pelo Centro de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, da Universidade de Brasília e professora da Universidade Federal de Roraima-Brasil. Email. [francerodrigues@yahoo.com.br](mailto:francerodrigues@yahoo.com.br).

entendimento, menos ambicioso, de que por permitir examinar os fenômenos históricos e sociológicos dentro de contextos diferenciados, a perspectiva comparativa viabiliza a identificação do que é generalizável.

A comparação que aqui se realiza do pensamento social brasileiro e venezuelano revela recorrências em virtude de que as unidades comparadas foram selecionadas justamente por serem similares, mas não são as recorrências e sim as especificidades simbólicas que orientam a nossa análise.

Em verdade, a despeito dos cientistas sociais usarem regularmente a comparação em suas pesquisas, não existe consenso de que esse procedimento possa ser considerado um método. Conforme Mömer (1994), a comparatividade não é um método, uma vez que não tem uma teoria própria e, nem ferramentas analíticas específicas, por quanto deve ser entendida como um enfoque, uma perspectiva ou uma forma de aproximação que permite examinar os fenômenos dentro de um contexto mais amplo do qual emergiram.

Sob o entendimento de que a abordagem comparativa revela fenômenos impensados, o propósito da presente comparação é interpretar as narrativas apresentadas por meio da apreensão recíproca de suas diferenças e similitudes, procedimento freqüentemente chamado de *espelhamento* na comunidade antropológica.

Segundo Lévi-Strauss (1967, p. 37), *na etnografia e na lingüística* não é a comparação que fundamenta as generalizações, mas o contrário, visto que *as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos antigos e modernos, primitivos e civilizados*. Dessa perspectiva, a comparação não precisa buscar as generalidades das unidades comparadas, mas as estruturas que as diferenciam.

Sem assumir a total universalização que o estruturalismo levistraussiano pressupõe, minha intenção é identificar as especificidades das narrativas da trajetória dos países examinados a partir do suposto de que Venezuela e Brasil compartilham elementos de grande significação. Entre eles, destacam-se os fatos de que esses países são Estados-Nação americanos, foram colônias ibéricas e obtiveram suas independências no mesmo período, situam-se em níveis similares de desenvolvimento, apresentam elevados índices de desigualdade social, têm um significativo contingente de população indígena, apresentam grande diversidade geográfica, são limítrofes e têm parte de seus territórios situados no Planalto das Guianas, apresentam fronteiras internacionais numa extensa faixa (mais de 50%) de seus limites territoriais e, por último e mais importante, desenvolveram um poderoso pensamento social construtor da nação.

Possivelmente os pensamentos sociais dos dois países possuem uma estrutura, ou modelo construído a partir dos acontecimentos históricos, que pode ser desvendada por meio da verificação de hipóteses que expliquem as recorrências e diferenças. Mas, a comparação aqui realizada não almeja produzir tal conhecimento e sim, nos termos de French e Mömer (1982, p. 61), realizar uma *descrição comparativa* de natureza empírica, como é usual na etnografia e literatura. Nesse tipo de procedimento comparativo não se procura explicar as diferenças por meio de teorias que articulem os fatos ou estabeleçam causalidade entre eles, mas propiciar o cruzamento entre realidades diferentes para entendê-las reciprocamente. A presente análise procura mostrar que, a despeito das muitas recorrências (históricas, políticas, sócio-econômicas e simbólicas) o pensamento social venezuelano e brasileiro se diferencia profundamente quanto aos significados selecionados para conceber a própria nação e ao modo de construir a cidadania.

As unidades de comparação neste trabalho são os dois países e as realidades a serem examinadas reciprocamente são os pensamentos sociais dos mesmos ou, mais precisamente, as narrativas que contam, autorizadamente, a trajetória desses países a partir do século XVI até a segunda metade do século XX. Como se disse na introdução desta Tese, essas narrativas autorizadas foram produzidas por diferentes intelectuais a partir de diversos lugares de enunciação quando, entre finais do século XIX e início do século XX, o tema da modernidade tornou-se persistente e aflitivo nos países de colonização ibérica.

O entendimento recíproco que a comparação dos dois pensamentos sociais permitiu não é fácil de expressar na linguagem porque, conforme nota Wittgenstein (1958), não há nenhuma evidência sobre a equivalência entre o que se quer dizer e o que efetivamente as palavras dizem, em razão do que é extremamente difícil expressar com exatidão mediante as palavras todos os sentimentos e conhecimentos que decorrem da experiência.

Posso dizer que por *entendimento recíproco* entendo um movimento do pensamento que identifica similaridades e diferenças por meio da contrastividade. De um lado, a especificidade lingüística e narrativa verificada em uma das unidades de comparação presta-se como meio de estranhar a especificidade lingüística e narrativa na outra unidade de comparação e, desse modo, o pensamento reconhece certo ar de semelhança que somente é perceptível quando se recorre à contrastividade. Exemplo notável desse movimento é a narrativa das incursões douradistas venezuelanas e das bandeirantistas brasileiras que, embora diferentes na linguagem e na estrutura narrativa, quando contrapostas revelam sua similaridade temática e semântica.

Por outro lado, a especificidade lingüística e narrativa verificada em uma das unidades de comparação mostra-se irreduzível quando contraposta à especificidade lingüística e narrativa na outra unidade de comparação porque, simplesmente, nenhuma correspondência temática ou simbólica surge quando examinadas contrastantemente. Desse modo identificam-se as verdadeiras diferenças, ou seja, os elementos narrativos que estão ausentes (ou presentes) somente em algum dos dois pensamentos sociais, tanto em termos lingüístico e da estrutura narrativa como em termos temáticos e semânticos.

São muitas as diferenças das narrativas da trajetória do Brasil e da Venezuela que, da perspectiva comparativa, se traduzem em especificidades desses países. Porém, antes de examinar as palavras e as coisas que fazem o BRASIL BRASIL e a VENEZUELA VENEZUELA, se examinam as recorrências temáticas nas duas narrativas como meio de fazer uma introdução às diferenças.

A construção de um pensamento social sobre a nação supõe a narrativa de sua *trajetória*, palavra definida no Aurélio como “linha descrita ou percorrida por um corpo em movimento”. O significado da palavra acentua uma dinâmica ao longo do tempo e do espaço, que nesta Tese não se refere à sucessão cronológica de eventos históricos, mas a um *dever* construído a partir da seleção e ligação de eventos concretos e imaginados, cujo propósito é firmar a coesão social e a identificação nas respectivas comunidades nacionais. Do mesmo modo que a bandeira, o hino e as armas nacionais, a narrativa da trajetória brasileira e venezuelana constrói símbolos de grande poder simbólico para proclamar a identidade mestiça, a independência das metrópoles coloniais e o porvir singular. Por isso, as narrativas dessas trajetórias revelam, nas palavras de Marshall, *todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação* (Apud HOBBSBAW, 1984, p. 19) de um modo mais literal que os símbolos pátrios.

A partir da observação comparada dos ciclos históricos dos dois países identificaram-se três movimentos comuns na trajetória das nações, que tendo início na evocação da vivência colonial desloca-se para as dificuldades da construção da identidade nacional e para os esforços de consolidação da modernização. Apesar dessa similitude, pode-se notar que todas as CATEGORIAS FORÇA ou campos discursivos são diferentes e, portanto, específicas de cada país, pondo em evidencia a peculiaridade das duas culturas nacionais.

Certamente não existe em nenhum dos dois países uma cultura nacional portada por todos os cidadãos, como os próprios relatos da pluralidade venezuelana e brasileira o demonstram. Por *cultura nacional* entendo um conjunto de representações e

explicações que, aceitas ou não pelos cidadãos, são sacralizadas por meio de uma enunciação que lhes outorga uma existência situada para além da experiência humana. Da perspectiva do poder, a idéia de *cultura nacional* se aproxima da noção de *pensamento social*, no sentido de que este é um campo de idéias e representações a cerca da sociedade nacional que são aceitas como confiáveis na medida em que seus produtores sejam percebidos como enunciadores neutros ou situados para além dos interesses conflitantes da sociedade (MANHEINN, 1974).

Conforme Hall (2002), a cultura nacional é um modo de construir sentidos, que influenciam e organizam tanto as ações quanto a identidade. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Por seu lado, Anderson (2005) nota que a cultura nacional é contada por meio da literatura nacional, da mídia e da cultura popular, mas também dos relatos s relatos da origem e trajetória da nação num tempo que conjuga passado e presente para evocar a idéia de um povo e cultura originais.

A característica mais universal das narrativas das culturas nacionais aqui examinadas refere-se a um movimento no tempo que se apresenta na seguinte seqüência linear: origem colonial → construção da identidade nacional → consolidação da modernização. Esse movimento narrativo expressa a história da Venezuela e do Brasil que, como todas as nações ibero-americanas, consolidaram-se a partir da expansão colonial européia, a posterior afirmação da nação e do estado e a subsequente integração na modernidade.

As narrativas dos dois países são impressionantemente similares, tanto no referente ao movimento que percorrem no tempo, como também a muitos dos temas escolhidos para contar a cultura nacional, tais como a mestiçagem e o pertencimento, a natureza, a fronteira, a relação com as metrópoles e a elite nativa.

Entre esses temas, os mais recorrentes são mestiçagem e pertencimento, tanto por estarem presentes na narrativa brasileira e venezuelana, como por percorrerem todo o movimento narrativo, desde a origem colonial, passando pela construção da identidade nacional e finalizando com os esforços de consolidação da modernização. Mestiçagem e pertencimento são temas estreitamente relacionados que perpassam todo o movimento narrativo de uma forma muito explícita. A mestiçagem se refere ao processo de hibridação dos diferentes, seja em termos raciais, seja em termos culturais, enquanto o pertencimento acentua o sentimento dos sujeitos e da coletividade de que o lugar de nascimento faz parte fundamental de sua identificação. Daí resulta a articulação entre a hibridação e o lugar de

nascimento como modo de exprimir o componente básico das identidades brasileira e venezuelana.

Na narrativa venezuelana, esses dois temas aparecem referenciados ao sistema de castas e à identificação com a Província de Venezuela, enquanto, no Brasil, se manifesta na exaltação da mestiçagem dos bandeirantes. Percebe-se que aquilo que está sendo contado por esses dois temas é a origem colonial da venezolanidade e da brasilidade. A mestiçagem e o pertencimento ao lugar de origem também estão presentes enfaticamente nas narrativas que descrevem os povos venezuelano e brasileiro como a base de uma identidade nacional absolutamente original. A originalidade se refere tanto aos traços fisionômicos quanto à capacidade de produzir uma nova civilização transformadora dos trópicos, no caso do Brasil, ou da colônia, no caso da Venezuela.

As narrativas referentes à modernização trazem a mestiçagem e a procedência nativa do povo dessas nações por meio da ressignificação do heroísmo criollo, na Venezuela, e do gigantismo bandeirante, no Brasil. Heroísmo e gigantismo aparecem como características apropriadas para dinamizar a tarefa de civilizar as populações situadas à margem da modernidade.

A fronteira é outro tema recorrente, tanto por estar presente na narrativa brasileira e venezuelana, como por percorrer todo o movimento narrativo, desde a origem colonial passando pela construção da identidade nacional e finalizando com os esforços de consolidação da modernização. O tema da fronteira perpassa todo o movimento narrativo para referir os limites territoriais das outrora colônias e das nações da atualidade, bem como aos limites que demarcam o centro e a periferia de cada um desses territórios ou, dito de outro modo, que estabelecem o fim do espaço civilizado e o começo do espaço incivilizado.

A natureza também é um tema recorrente por estar presente em quase todo o movimento que percorre no tempo, com a exceção das narrativas que contam a luta da independência, a formação e dissolução da Grande Colômbia e a subsequente criação da República de Venezuela e daquelas que relatam os acontecimentos referentes à conquista e expansão do território brasileiro. Fora essas duas exceções, o tema *natureza* é recorrente seja como entidade mitificada, manifesta nas narrativas do Paraíso Terreal e do El Dorado, seja como objeto de elogio pela sua riqueza, prodigalidade, tropicalidade e beleza, que podem vir a ser cobiçadas. Nos relatos sobre a modernização dos dois países, as populações situadas à margem da modernidade são percebidas como obstáculos pelo fato de serem “homens” demasiadamente ajustados à natureza, como o sertanejo e el llanero.

Os temas que se referem à metrópole e à elite nativa (nascida na terra) estão presentes nas narrativas dos dois países sem perpassar o movimento temporal da narrativa, ou seja, são temáticas que falam de momentos específicos. O tema da metrópole expressa sempre algum tipo de relação inconveniente entre as sociedades coloniais e as metropolitanas, em razão do que para desenvolver esse tema se faz necessário contar a história da formação das elites nativas, único segmento da população que tinha poder para mudar a relação inconveniente. A liderança dos processos de emancipação das respectivas nações é atribuída à elite nativa.

A partir da abordagem comparativa de Lévi-Strauss, antes mencionada, pode-se afirmar que os temas universais apresentados acima decorrem das formas fundamentais enraizadas em similitudes históricas, que pouco ou nada dizem a respeito das peculiaridades semânticas e ideológicas de cada um dos pensamentos sociais aqui examinados. A visualização dessas peculiaridades requer comparar as CATEGORIAS FORÇA que distinguem as narrativas da trajetória das duas nações ou, mais precisamente, comparar os significados que integram cada uma dessas CATEGORIAS FORÇA, também chamadas aqui de *campos discursivos*.

Para fazer isso parti, naturalmente, das especificidades explícitas nas duas narrativas, até porque diferenças de língua estão envolvidas na análise, perguntando-me até que ponto as diferenças aparentes se sustentavam depois de ter contrastado as duas narrativas, ou seja, de ter usado cada uma delas como linguagem (ou modelo) para fazer a leitura da outra. Por meio desse processo foi possível distinguir dois campos discursivos claramente irreduzíveis quais sejam Heroísmo e Expansionismo e Continuidade e Ruptura, bem como três campos discursivos reduzíveis ou recorrentes: La Frontera e A Fronteira, El Mestizaje e a mestiçagem, Naturaleza e Natureza.

## HEROÍSMO E EXPANSIONISMO

Esta análise se inicia com o exame dos campos discursivos *heroísmo* e *expansionismo* porque parecem estar no cerne da diferença entre o pensamento social venezuelano e brasileiro, respectivamente, ou dito de forma mais específica, porque seus significados estão postos nas respectivas narrativas como verdadeiros fatos semânticos totais. Tomando de empréstimo a noção de *fato social total* (MAUSS, 1974) foi-me possível perceber que a totalidade ou a maior parte dessas narrativas torna-se inteligível quando examinados a luz dos significados que constroem o heroísmo e o expansionismo. Isto ocorre não apenas porque esses termos são repetidos e acentuados nos textos, mas

porque seus significados esclarecem os vários campos discursivos que contam a história dessas nações.

À maneira de digressão vale notar que a leitura dos textos sugere que essa diferença se relaciona com dessemelhanças relativas ao modo de perceber e interpretar os acontecimentos, as coisas e os processos. Embora os textos não o revelem literalmente, parece que o heroísmo e o expansionismo expressam respostas a experiências avaliadas como árduas e brandas, respectivamente. Não deixa de ser sugestivo que a narrativa venezuelana faça uso constante de relatos sobre os reveses da história, os obstáculos enfrentados, o conflito e o sofrimento, enquanto a narrativa brasileira se vale continuamente de relatos sobre a vastidão do território, o grande destino do país e o cumprimento de projetos freqüentemente mistificados. Penso que essa diferença é bem ilustrada nas duas citações a seguir:

Un grito inmenso de júbilo y asombro se propaga por toda Venezuela. Revive el amor patrio, llena los corazones, y del sangriento polvo donde cayera exánime la naciente República, se alza de nuevo majestuosa y terrible al amparo de Bolívar y de su incontrastable voluntad. (BLANCO, 1978, p. 62)

[...] o Programa de “Rumo a Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas [...] Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos [...]. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras. (VARGAS, 1940, 284/285)

A análise dos dados venezuelanos mostra que o termo heroísmo exalta o caráter libertário e a originalidade ou capacidade inventiva dos venezuelanos e perpassa os ciclos históricos desde a narrativa da independência que conta o súbito despertar da consciência para a missão libertadora à qual Venezuela estaria predestinada. No contexto da narrativa sobre o período colonial, a expressão *missão libertadora* se refere à tarefa que coube ao povo venezuelano de libertar-se do jugo espanhol, como também libertar os outros povos subjugados do continente. Essa expressão é usada para contar os acontecimentos ligados à luta pela independência, inclusive às numerosas e cruentas batalhas e aos reveses experimentados até obter a vitória final. O heroísmo evoca imagens de grandes façanhas e feitos gloriosos por meio da exaltação dos homens que lutaram pela independência, substanciados na figura do libertador Simón Bolívar, um poderoso signo e

símbolo não apenas nos textos do pensamento social como também no cotidiano de muitos venezuelanos.

As narrativas da criação da Grande Colômbia e posterior criação da República de Venezuela também recorrem ao heroísmo, quando firmam a idéia de que um povo que havia sido capaz de formar a Grande Colômbia também seria capaz de construir uma grande pátria. Nestas narrativas aparece a capacidade inventiva como um novo significado do heroísmo, evidenciada no projeto da Grande Colômbia que, por um lado, propunha a criação de um espaço social criativo e original por reunir povos diferentes sob uma única unidade política e, por outro, tinha como missão o inovador propósito de reconhecer e legitimar a mestiçagem como meio de libertar os povos da exclusão própria ao sistema de castas.

Os relatos da constituição da República Venezuelana evocam o passado glorioso da independência e da criatividade da Grande Colômbia, e nele encontram os significados que marcarão a identidade da nação. Afirma-se que um povo que soube ser sofrido e rebelde, que foi capaz de libertar outros povos, agora seria capaz de reconstruir a nação venezuelana, assumindo a nova missão, também considerada heróica, de civilizar as populações situadas à margem da sociedade nacional. Embora nunca explicitado em qualquer texto, o encargo civilizador parece implicar que ao cidadão venezuelano se atribuem características de herói-civilizador.

Note-se que o sofrimento e a rebeldia fazem parte dos significados do heroísmo. O relato da morte de Juan Parao, em *Cantaclaro* é a imagem perfeita desta associação entre heroísmo e sofrimento:

!Negro bueno, pobre negro de mi pueblo venezolano, que supiste ser sufrido y rebelde al mismo tiempo! [...] Quien canta el heroísmo negro de tu sumisión y la clara virtud de tu lealtad y el drama doloroso de tu culto al hombre, que siempre te traicionará o te abandonará?  
(GALLEGOS, 1934, p. 309/310)

O heroísmo está presente até mesmo no campo discursivo sobre a modernização da gestão da riqueza petroleira, quando a narrativa mostra a necessidade de transformar a exploração desse recurso por meio da grandiosa e árdua tarefa de mudar-lhe o significado: Tirar-lhe o sentido de atividade aventureira, de cigarra despreocupada e ociosa que canta música estrangeira, para associá-lo ao trabalho previdente e laborioso da formiga (De Lisio:2005). Tarefa que, por sua dificuldade, Uslar Pietri (1936) descreveu com a metáfora de *sembrar el petróleo*.

A especificidade do discurso venezuelano sobre o heroísmo se configura irreduzível, uma vez que esse discurso não encontra nenhuma correspondência temática nem simbólica quando contraposto aos diversos campos discursivos da narrativa brasileira. Da mesma forma, a especificidade do discurso brasileiro sobre o expansionismo não encontra correspondência temática nem simbólica nos campos discursivos da narrativa venezuelana.

Como o heroísmo do pensamento venezuelano, o expansionismo é um termo repetido e acentuado nos textos brasileiros, e seus significados esclarecem os vários campos discursivos que contam a história do Brasil. Entre os significados mais recorrentes do expansionismo têm destaque o desenraizamento, a valentia/força e o caráter amalgamado do povo, descrito com o termo mestiçagem. Considerando que esses três significados estão presentes nas narrativas coloniais, deles pode se pensar serem verdadeiros elementos fundacionais da nação. A esse respeito, em 1978 Moog escreve que “não haverá setor em que não se encontrem resquícios do estilo de vida do bandeirante e o rasto da bandeira” (p. 180).

O sistema de *plantation* com base na escravidão é um assunto de grande importância em muitas narrativas referentes ao período colonial. Porém, aqui se examinam os clássicos do pensamento, cujo interesse se voltou para a capitania de São Vicente (particularmente para São Paulo de Piratininga) a procura de temas mais enaltecidos da nação. Inclusive, o sistema de *plantation* é frequentemente referido para contrapor o despotismo litorâneo ao espírito democrático de São Vicente.

O significado do termo *expansionismo* está presente na narrativa de todos os ciclos com exceção do ciclo da Brasilidade. Na narrativa do movimento bandeirante, a principal personagem, o sujeito bandeirante, é descrita como sujeito nômade e predador, cuja mobilidade contribuiu decisivamente para alargar o território ocupado. As narrativas exaltam a valentia e a rudeza desses homens que se introduziam a pé, nos vastos e vazios sertões em busca de riquezas, de onde frequentemente nunca regressavam.

[...]. Predatório e extrativista, o bandeirante produziria, a longo prazo, o bem inestimável da ampliação do território nacional para muito além dos limites do que haviam sido designados pelo tratado da Tordesilhas, o que, convenhamos, não é pequeno benefício. (MOOG, 1978, p. 166)

Essa personagem também é descrita como uma nova raça, produto da mestiçagem e criadora de uma ordem social igualitária propiciada, justamente, pela fusão

entre indígenas e portugueses. A respeito da ordem social de São Vicente, Moog escreve que era:

[...] uma nova experiência social, de uma civilização sob a égide da indiscriminação e fraternidade racial, a essência inicial do espírito orgânico e pioneiro, em favor da predominância do espírito bandeirante, predatório e extrativista [...]. (MOOG, 1978, p. 166)

O significado mais marcante da brasilidade, entendida recorrentemente ao longo dos ciclos históricos como a marca no cidadão brasileiro dos atributos fusionadas das diversas raças, é exposto com grande empenho e clareza na narrativa do bandeirantismo que, desse modo, acaba se constituindo em discurso fundante.

Além da fusão das raças, a narrativa do bandeirantismo acentua o significado da unidade territorial do Brasil no período colonial. Os bandeirantes teriam sido os guardiões de um território de alguma forma já outorgados. A esse respeito é significativo que, situadas no limiar do mito e da história, algumas narrativas da época da conquista e da colonização contam que o território brasileiro teria sido previsto em cartografia do século II e identificado com o nome *ilha Brasil*. Nas narrativas sobre os ciclos subsequentes desaparece qualquer menção a essa ilha, porém elas parecem conservar seu significado central: de espaço com contornos pré-definidos e precisos que deveria ser, simplesmente, ocupado ou, nas palavras do presidente Vargas, crescer dentro das próprias fronteiras de um território que, ao invés de ganho ou conquistado, está dado.

O discurso sobre o expansionismo também se expressa com os termos de *fronteira* e *integração* para narrar a Marcha para o Oeste (ou conquista do oeste), bem como a integração daqueles situados à margem da modernização. As noções de *fronteira de expansão* e de *fronteira interna* se constituem em significados privilegiados do expansionismo no Ciclo Marchando para o Oeste, quando os relatos se voltam para os esforços de integrar os espaços vazios, despovoado e incivilizado do interior do país à modernidade e, desse modo, consolidar o destino da nação de ser una e indivisível. Cabe ainda mencionar que esses relatos recorrem às imagens de guerra, sendo que os inimigos a serem derrotados são os espaços vazios e o Brasil arcaico, como o denotam as expressões épicas *conquista do oeste* e *batalha da borracha*.

A análise precedente procurou demonstrar que os significados contidos nos campos discursivos do heroísmo e do expansionismo evidenciam características peculiares do pensamento social venezuelano e brasileiro. Essa conclusão se fundamenta no fato de que ao usar cada uma das narrativas como linguagem para ler a outra se percebe que

heroísmo e expansionismo são significados irreduzíveis pelo fato de somente serem inteligíveis dentro da narrativa a que pertencem. Da mesma forma que a narrativa da Venezuela não pode ser lida com a linguagem do expansionismo, a narrativa brasileira não pode ser lida com a linguagem do heroísmo.

Assim sendo, não se encontram nesses dois campos discursivos linguagens recorrentes, nem mesmo ao nível de possíveis correspondências semânticas. Penso que, além de descrever a diferença, a comparação somente permite estabelecer a correspondência por demais geral de que as duas narrativas têm um âmago ou argumento central: a ocupação do território no caso brasileiro e a libertação dos povos no caso venezuelano.

Como se disse antes, os campos discursivos sobre o heroísmo e o expansionismo foram apresentados no início desta análise porque acredito que os diversos campos discursivos, examinados a seguir, tornam-se inteligíveis quando examinados a luz dos significados que constroem o heroísmo e o expansionismo. Possivelmente isto ocorre porque o pensamento social dessas duas nações tem uma estrutura, mais, como se disse antes, o objetivo desta Tese é descrever as narrativas desses pensamentos sociais e não explicá-los em face dos fatos históricos.

## **LA FRONTERA E A FRONTEIRA**

Como mostrado nos capítulos anteriores, a *frontera* e *la frontera* são temas recorrente nas narrativas brasileira e venezuelana, respectivamente. Eles percorrem todo o movimento narrativo das duas nações para se referir aos limites internacionais das colônias e das nações ou para identificar, no caso brasileiro, o limite entre o centro e a periferia da nação, entre o fim do espaço civilizado e o começo do espaço incivilizado.

Ao examinar esses dois campos discursivos, mediante comparações contrastivas, ficou evidenciado que o significado que marca vigorosamente e explicitamente o campo discursivo sobre *la frontera* é o de limite territorial da nação venezuelana ou limite internacional, enquanto o significado que está explícito e fortemente marcado no campo discursivo *a fronteira* é o limite situado no âmbito interno da nação brasileira, a partir do qual se estende a fronteira interna onde se processa, desde sempre, o expansionismo brasileiro.

*La frontera* é, no pensamento social venezuelano, um discurso de notável importância, cujas narrativas se referem às perdas de território e às tensões nas áreas de limites internacionais. Esse discurso perpassa os três ciclos históricos, adquirindo maior

importância nos ciclos da Conquista e Colonização e da Nação Criolla, embora sua presença não seja insignificante no ciclo Heróico.

Entre as narrativas da época colonial é freqüente a usurpação do território da província espanhola por parte de outros países colonizadores. Essas narrativas acentuam que a Venezuela poderia ser hoje muito maior se tivesse conservado o território que lhe cabia no período colonial, parte do qual foi perdido para o Portugal e a Grã-Bretanha. Essas perdas se exemplificam com o Tratado de Madri que outorgou a Portugal grande parte do atual norte do Brasil, inclusive o estado de Roraima. Quanto às perdas para a Grã-Bretanha, as narrativas destacam a atual República da Guiana e o atual território em contestação da Guayana Essequiba.

A fronteira internacional também é assunto destacado no ciclo da Nação Criolla, quando a demarcação territorial passa a ser descrita como elemento fundamental da identidade nacional como meio de marcar a diferença e separar o “nós venezuelanos” por meio da transformação em “outro” dos povos vizinhos que outrora, durante o período da Grande Colômbia, faziam parte desse “nós”.

O “outro” colombiano é descrito, em tons altamente negativos, justamente, na narrativa sobre a perda do território que, desde os tempos coloniais lhe pertencia de direito. A esse respeito são repetitivas as críticas dos intelectuais venezuelanos à definição do território do país quando da dissolução da Grande Colômbia, como a frase a seguir o exemplifica:

No sabemos a que genio pudo ocurrírsele este gesto de fraternidad, vecino de la imbecilidad entreguita de nuestro territorio, sabiendo como es de común conocimiento, que los hermanos del alma, profundos [sic] Bolivarianos y otras cosas, nunca aceptaron rectificar el error de hecho y de derecho que las comisiones de 1900 y 1901 cometieron en perjuicio nuestro[...]. Pero sonrío, amigo lector y sonrío porque las conspiraciones colombianas contra nosotros no terminan, ni tienen por que terminar, pues se trata de una condición psíquica de esta tortuosa Colombia [...]. (PEREZ-BRAVO, 1971, p. 115/116)

As narrativas referentes à nação petroleira, ou seja, do final do ciclo da Nação Criolla, acentuam a necessidade de garantir a soberania da nação por meio do povoamento das fronteiras, particularmente, da zona fronteira com a Colômbia, descrita como lugar conflituoso, habitado por colombianos que ameaçam a integridade da nação venezuelana.

A comparação mostra que, diferentemente da ênfase posta pelos discursos venezuelanos referentes às fronteiras internacionais e na tensão que elas geram, nos discursos brasileiros sobre a fronteira essas questões são quase ignoradas e a ênfase das

narrativas é posta na ocupação das fronteiras internas, com a única exceção do ciclo da Brasilidade quando a questão das fronteiras identitárias se sobrepõem ao tema das fronteiras internas

A fronteira interna brasileira demarca o fim da civilização ou da modernização e assinala uma área, que tanto precisa ser desenvolvida como conservada como reservatório de recursos, mas, que de qualquer modo, se constitui em área de expansão do centro econômico e social da nação. Desse modo, a fronteira de expansão é pensada como ponto de contato entre os “civilizados” e os “incivilizados”, como o limite entre uma sociedade e o seu entorno, como local “primitivo” e de terra livre a ser incorporado à economia, à civilização e à modernidade das nações.

Embora o termo *fronteira interna* não esteja presente em termos lingüísticos nas narrativas dos ciclos anteriores ao ciclo Marchando para o Oeste, em termos semânticos perpassa quase todos os ciclos do pensamento social brasileiro.

Nas narrativas do ciclo do Descobrimento e Colonização, o significado da fronteira interna está presente nos relatos da expansão territorial realizada pelos bandeirantes.

No Brasil, no século XVII, alguns homens valentes se introduziram no sertão, movidos pelo desejo de encontrar jazidas de metais preciosos e outras riquezas e, ainda, aprisionar selvagens, a fim de vendê-los como escravos aos colonizadores. Arriscavam-se muitíssimo. (Disponível em: <<http://www.tg3.com.br/bandeirantes>>. Acesso em: 23 ago. 2006)

As narrativas referentes ao ciclo do Redescobrimento do Brasil acentuam o significado da fronteira interna como ponto de contato entre os “civilizados” e os “incivilizados” ou como o limite entre uma sociedade e o seu entorno, ao descreverem o sertão brasileiro como uma sociedade singular, com um modo de vida incivilizado, bárbaro e, portanto, para se concretizar a unidade nacional é vital a integração das populações sertanejas dispersas nos vastos territórios da nação

Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimos [...] tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos. (CUNHA, 2002, p. 331)

Nas narrativas do ciclo Marchando para o Oeste, as noções de *fronteira de expansão* e de *fronteira interna* se constituem em significados privilegiados e aparece

recorrentemente também em termos lingüísticos. O discurso de Gétúlio Vargas sobre o Programa Rumo ao Oeste diz que:

Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras. (VARGAS, 1940, p. 284/285)

A noção de fronteira de expansão também está presente nos relatos que ressaltam os esforços de integrar os espaços vazios, despovoado e incivilizado do interior do país à modernidade:

[...] Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares [...]. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Deste modo, o Programa de “Rumo a Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura de fronteiras. (VARGAS, 1940, p. 284-285).

Nas narrativas que contam à ocupação da Amazônia, a noção de fronteira de expansão ou fronteira em movimento está presente nas referências ao grande espaço que era representado como desocupado e rico em recursos naturais. Os relatos dessa ocupação ainda ressaltam o caráter da Amazônia como lócus de uma primeira e efetiva fronteira em movimento (VELHO, 1976, p. 205).

No campo discursivo da expansão das fronteiras internas a mobilização de símbolos e alegorias na ocupação do interior do Brasil aparece como elemento significativo do ciclo Marchando para o Oeste. Os ideólogos da fronteira interna, entre eles, Cassiano Ricardo, acionam esse símbolo que serve de base para as políticas do governo getulista em que o mesmo expressa o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura de fronteiras, bem como a difusão ideológica da política de governo expressa nos slogans Conquista para o Oeste e Batalha da Borracha (VARGAS, 1940, p. 285).

Deste modo, o Programa de “Rumo a Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura fronteiras (VARGAS, 1940, p. 284-85)

A expressão Brasil, país do futuro também é parte do campo discursivo da expansão das fronteiras internas, revelando a importância desenvolvimentista que se outorgou ao oeste da nação e que resultou na efetivação de grandes obras, entre as quais se destacou a construção de Brasília, pensada a mais moderna das cidades do mundo.

No campo discursivo da expansão das fronteiras internas também está presente o grande problema brasileiro e sua solução a partir da conquista e expansão das fronteiras internas com intuito de civilizar o mundo bárbaro, o interior do Brasil, integrando o Brasil arcaico ao Brasil moderno.

O contraste entre os esses dois pensamentos se baseia nos significados atribuídos à fronteira. No pensamento social brasileiro, a fronteira tem significado predominantemente de *fronteira de expansão* e *fronteira interna*, diferentemente do pensamento social venezuelano cujo significado da fronteira é predominantemente o de fronteira entre as nações ou fronteira internacional.

Pelo exposto acima pode se afirmar que, nas narrativas sobre a nação brasileira está presente o significado do Brasil grande, que cresce geograficamente, que se expande e *ganha* território, diferentemente do pensamento social venezuelano cujas narrativas são de uma nação que *perde* território, que é usurpada territorialmente e que têm sua territorialmente constantemente ameaçada.

Dito de outra forma, nas narrativas são as fronteiras internacionais e da soberania que marcam a nação venezuelana, uma vez que, constantemente ameaçada com a diminuição de seu território, a Venezuela apenas pretende preservá-las. Diferentemente, as narrativas da nação brasileira são fortemente marcadas pela expansão interna de suas fronteiras e pela construção de um Brasil *gigante pela própria natureza*, que necessita apenas efetivar a ocupação do território já dado levando desta forma a modernização para os espaços incivilizados.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

GALLEGOS, Rômulo.

VARGAS, Getulio. *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. São Paulo: Ed. José Olympio, s\d.

- PEREZ-BRAVO, Rodrigo. *Peligro en la frontera*. Caracas, Venezuela: Periodística, 1971. 138p.
- MOOG, C. Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Paralelos entre duas culturas. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- USLAR PIETRI, Arturo. Sembrar el Petróleo. *Ahora (Editorial)*: Caracas. 1936, julio 14.
- MORNER, Magnus. Em torno al uso de la comparación em el análisis histórico de América Latina. In: *Jahrbuch fur Geschichte von Staat, Wirstschaft und Gesellschaft Latein Amerikas*, Wien, 1994. p. 373-389.
- FRENCH, John D; MÖNER, Magnus. Comparative Aproaches to Latin American History. **Latin American Research Review**, v. 17, n. 3, 1982.
- WITTGENSTEIN, Ludowig. **Philosophical Investigations**. Londres: Blackwol, 1988.
- GALLEGOS, Romulo. Cantaclaro. Barcelona, Espanha: Araluce, 1934.
- GENOVESE, 1970
- LÉVI-STRAUSS, 1967
- JMANHEINN, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. In: *À Margem da História*. . Interpretes do Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. V. I (Biblioteca Luso-brasileira, Série brasileira).
- <http://www.tg3.com.br/bandeirantes>